

04/10/2011

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 99.498 RIO GRANDE DO SUL**

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO  
PACTE.(S) : ROMEU MICHAELSEN  
IMPTE.(S) : GABRIELA RUSCHEL MICHAELSEN E OUTRO(A/S)  
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*HABEAS CORPUS* – PREJUÍZO. Estando o *habeas corpus* dirigido contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que veio a ser confirmado pelo Supremo, no julgamento do recurso ordinário constitucional, forçoso é assentar o prejuízo da impetração.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em julgar prejudicada a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pela Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 4 de outubro de 2011.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR



04/10/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 99.498 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO  
PACTE.(S) : ROMEU MICHAELSEN  
IMPTE.(S) : GABRIELA RUSCHEL MICHAELSEN E OUTRO(A/S)  
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto a título de relatório as informações prestadas pela Assessoria:

Na decisão que implicou o indeferimento da liminar, a espécie ficou assim resumida (folha 574 a 576):

**HABEAS CORPUS –  
PRONUNCIAMENTO DO SUPERIOR  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ALCANCE  
SUBJETIVO – CRIVO DE TURMA DO  
SUPREMO – LIMINAR –  
INDEFERIMENTO.**

1. A Assessoria assim retratou as balizas desta impetração:

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça indeferiu o *habeas corpus* formalizado em favor de Ana Maria Ruschel, por entender que o desvio de valores pertencentes, respectivamente, aos consorciados e grupos de consorciados - estelionato - constitui crime contra o sistema financeiro, conforme capitulado na Lei nº 7.492/86, sendo da Justiça Federal, portanto, a competência para o julgamento do processo-crime (folha 538).

HC 99.498 / RS

Este *habeas* tem como paciente Romeu Michaelson. Os impetrantes apontam o Superior Tribunal de Justiça como órgão coator, considerado o acórdão acima mencionado. Dizem que, em virtude das imputações de fraude ou de gestão fraudulenta ou temerária dos administradores do consórcio, efetuado o relatório do Banco Central do Brasil e iniciado o procedimento de liquidação extrajudicial, o Ministério Público Federal teria optado por oferecer, separadamente, denúncias contra os responsáveis pela administração da empresa. Assim, houve o ajuizamento de 21 ações penais. Afirmam não terem as instâncias ordinárias, ao admitirem a multiplicidade de ações, observado o instituto da continuidade delitiva, olvidando o disposto no artigo 77, inciso I, do Código de Processo Penal e a regra de continência em coautoria. Concluída a instrução criminal, os acusados foram condenados a pena elevadas – 15 anos e 20 dias de reclusão, consoante processo de unificação de penas.

Nos recursos interpostos, a defesa teria alegado a nulidade absoluta dos processos, ante a incompetência da Justiça Federal para julgar a matéria. O tema relacionado à competência da Justiça estadual também veio a ser suscitado nos *Habeas Corpus* nº 20.728, 23.026, 23.556 e 26.704, levando em conta o entendimento então firmado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Nas três primeiras impetrações, a ordem foi deferida e os Processos-Crimes nº 961.501.167-3, 961.505.122-3, 951.505517-2, 961.500.800-1, 961.500234-8, 961505.455-9, 961.500.233-0, 961.502128-8, 961.500.801-0, 961.500.978-4, 961.502.282-9, 961.500.889-3, 961.500.236-4, 961501343-9 e 961.505.122-3 acabaram

HC 99.498 / RS

anulados e, transitada em julgado a decisão, as referidas ações penais foram encaminhadas à Justiça estadual. Pendia de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça o *Habeas Corpus* nº 26.704, relacionado à incompetência da Justiça Federal para julgamento de outras seis ações penais em curso. Ao apreciar o mérito dessa última impetração, a Quinta Turma daquela Corte indeferiu o pedido de declaração de nulidade das ações penais a ela concernentes. Reformulando o entendimento anterior, assentou a competência da Justiça Federal, refutando a tese de nulidade das ações penais.

Os impetrantes, em face do que veiculado, pretendem a anulação do acórdão proferido no citado *Habeas Corpus* nº 26.704. Segundo apontam, o referido pronunciamento viola os princípios da unidade jurídica do crime continuado, do devido processo legal, do juízo natural, da coisa julgada, da perpetuação da jurisdição e da segurança jurídica, pois, apurando e julgando os mesmos fatos, estabeleceu-se a cisão dos processos-crime, com a tramitação de alguns na Justiça estadual e de outros na Justiça Federal. Afirmam não se tratar de discussão acerca da competência em razão da matéria para julgar e processar os crimes descritos na Lei nº 7.492/86, mas de restabelecer a ordem processual ante a unidade dos processos, observado o instituto da continuidade delitiva e o Juízo natural – a Justiça estadual – assentado em decisão transitada em julgado.

Pedem a concessão de liminar, no sentido de anular-se o julgamento do *Habeas Corpus* nº 26.704, determinando-se a remessa dos Processos-Crimes nº 961.500.733-1, 961.500.802-8, 961.500.873-7,

HC 99.498 / RS

961.500,874-5, 961.501.168-1 e 961.501.169-0 para a Justiça estadual, conforme assentado nos *Habeas Corpus* nº 20.728, 23.026 e 23.556, decisões transitadas em julgado. No mérito, pleiteiam a confirmação da providência, declarando-se a nulidade das ações penais referidas.

Registro haver sido interposto contra o acórdão atacado mediante esta impetração (folha 538 a 540), tendo presente o tema pertinente à incompetência da Justiça Federal para apreciar a matéria, o Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* nº 84.182, distribuído a Vossa Excelência. A Primeira Turma do Supremo, na sessão de 24 de agosto de 2004, negou provimento ao recurso. O pedido de concessão da ordem cingia-se à ré Ana Maria Ruschel. A decisão foi publicada no Diário da Justiça de 10 de setembro de 2004.

[...]

Brasília – residência -, 6 de julho de 2009, às 19h35.

A Procuradoria Geral da República, no parecer de folha 579 a 582, opina pela não concessão da ordem pelos seguintes motivos: i) o ora paciente não figurou como parte no *Habeas Corpus* nº 26.704/RS, que tramitou no Superior Tribunal de Justiça; ii) o Supremo negou provimento ao Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* nº 84.182/RS, impetrado em razão do indeferimento daquele; iii) não cabe estender ao paciente as decisões proferidas nos *Habeas Corpus* nº 20.728/RS, nº 23.026/RS e nº 23.556/RS, o que representaria ampliar o equívoco inicial do Superior Tribunal de Justiça.

Lancei visto no processo em 28 de setembro de 2011, liberando-o para ser julgado na Turma a partir de 4 de outubro seguinte, isso objetivando a ciência dos impetrantes.

*Supremo Tribunal Federal*

HC 99.498 / RS

É o relatório.

04/10/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 99.498 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Sem perquirir a circunstância de o paciente haver integrado, ou não, a relação processual que desaguou no *habeas* julgado pelo Superior Tribunal de Justiça – se foi réu na ação penal, juntamente com a cidadã Ana Maria Ruschel –, vê-se o prejuízo desta impetração. Voltada contra o acórdão proferido pelo Superior no *Habeas Corpus* nº 26.704/RS, acabou suplantada pelo fato de a Turma haver desprovido recurso ordinário constitucional interposto contra a mencionada decisão, fazendo-o nos seguintes termos:

[...]

CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – CONSÓRCIO. De acordo com os artigos 1º, parágrafo único e inciso I, e 16 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, consubstanciam crimes contra o Sistema Financeiro Nacional a formação e o funcionamento de consórcio à margem de balizamento legal, de instrução do Banco Central do Brasil. Precedente: *Habeas Corpus* nº 83.729-8/SC, Primeira Turma, relator ministro Marco Aurélio.

LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA – FICÇÃO JURÍDICA – CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – CARTA DA REPÚBLICA. O fato de o Diploma Maior revelar o Sistema Financeiro Nacional, dispondo sobre temas a serem considerados, entre outros, pela legislação complementar, não é de molde a concluir-se não haver sido recebida a Lei nº 7.492/86, no que procedida a equiparação dos consórcios, para efeito penal, à instituição financeira.

[...]

**HC 99.498 / RS**

Em síntese, o objeto deste *habeas* já não mais existe ante a observância supletiva do disposto no artigo 512 do Código de Processo Civil – pronunciamento que confirme ou altere decisão impugnada a substitui. Declaro o prejuízo desta impetração.



**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 99.498**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

PACTE.(S) : ROMEU MICHAELSEN

IMPTE.(S) : GABRIELA RUSCHEL MICHAELSEN E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma julgou prejudicada a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 4.10.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Carmen Lilian  
Coordenadora